

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 210 da 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 03 de novembro de 2011, com início às 14:20 horas, na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário, situado na Rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros estaduais: Luiz Claudio Romanelli (SETS), Iram de Rezende (SETS), José Lúcio dos Santos (SESA), Ernane Garcia Ferreira (CUT), Karl Udo Heinrichs (CGTB), Neori Leobet (CGTB), Ildemar Gorges (Força Sindical), Alexandre Donizete Martins (UGT), Denílson Pestana da Costa (NCST), Priscila Fátima Caetano Lima (FIEP), Francisco Macedo Machado (FECOMÉRCIO), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), do Coordenador de Qualificação Profissional do Departamento de Educação e Trabalho da SEED Ângelo Roberto Manfra, da Chefe do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela, do Chefe do Departamento de Relações do Trabalho Núncio Manala, do Chefe do Departamento de Economia Solidária Carlos Manoel Santos, da Chefe da Divisão de Intermediação de Mão de Obra Ângela de Fátima Grande Carstens, da Chefe da Divisão de Qualificação Profissional Maria José Rossetti, da Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima Regina Martins Siqueira, do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Antônio Benedito Siqueira, da Chefe da Divisão de Documentação, Orientação e Certificação Profissional Maria Augusta Araújo, do Responsável pelo Programa de Artesanato Paranaense Iramar Diório Hermógenes, da Responsável pelo Programa da Central do Profissional Autônomo e Empreendedor Adriana Porto, da Responsável pelo Programa do Banco Social Aldameri Inthurm e dos técnicos da SETS Luiz Antonio Bonato, Luciene Pereira de Cristo Bracht, Márcia Dias Ramos, Sonia Regina Mitczuk, Walber Martins de Paula, Mário Bacellar Filho, Leonete Mendes, Aline Franciele Santos e Paulo Roberto Delgado realizou-se a 178ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1- Abertura; 2- Aprovação da Ata Anterior; 3- Aprovação do Plano de Trabalho 2011/2012; 4- Apresentação dos Resultados das Ações de Economia Solidária; 5- Informes.

1) Abertura: Comunicando a ausência justificada do Conselheiro Klaus Dias Kuhnen (FAEP), o Presidente Luiz Claudio Romanelli (SETS) saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 178ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a Ata de nº 209, referente à 177ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

3) Aprovação do Plano de Trabalho 2011/2012: Luiz Claudio Romanelli disse que antes da aprovação do plano de trabalho 2011/2012 haverá uma discussão, durante a semana houve diversas reuniões com os grupos temáticos, o que foi muito interessante. Os grupos foram divididos da seguinte maneira: em Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego com os conselheiros Denílson Pestana da Costa, Roberto Teixeira Freitas e José Lúcio dos Santos, em Qualificação Profissional com os conselheiros Karl Udo Heinrichs, Roberto Teixeira Freitas e Marilda Aparecida Diório Menegazzo, em Documentação, Orientação e Certificação Profissional com os conselheiros Ernane Garcia Ferreira, José Toaldo Filho e José Lúcio dos Santos, em Fomento às Atividades Autônomas e Empreendedoras com os

conselheiros Ildemar Gorges, Klaus Dias Kuhnen e Rita Maria Franco Ribeiro, em Monitoramento e Revitalização da Rede com os conselheiros Karl Udo Heinrichs, Roberto Teixeira Freitas e Marilda Aparecida Diório Menegazzo e em Observatório do Trabalho com os conselheiros Ernane Garcia Ferreira, José Toaldo Filho e José Lúcio dos Santos. Disse ainda, que a Chefe do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela fará uma apresentação sobre o assunto. Elietti de Souza Vilela deu boa tarde a todos e iniciou a apresentação dizendo que atualmente o estado do Paraná possui 223 unidades do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, em 220 municípios a gestão é compartilhada pela SETS e as prefeituras municipais e em 3 municípios (Londrina, Maringá e Ponta Grossa) a gestão é municipalizada. A menor cobertura está nos municípios com menos de 10 mil habitantes, dos quais $\frac{1}{4}$ possui agência do SPTER, 78% dos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes possuem unidade do SPTER e todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, possuem unidade do SPTER. A rede está presente em 55,88% dos municípios paranaenses, abrangendo 89,9% da população total e 93,3% da população urbana do Estado. Em relação à movimentação do mercado de trabalho, segundo o CAGED, a taxa de cobertura é de 97% da movimentação de admissões e desligamentos registrada no ano de 2010, no Paraná. Mesmo quando ocorre um espraiamento do emprego formal para o interior do Estado, esse movimento é concentrado entorno das principais aglomerações urbanas do Estado. Atualmente, 100% das unidades da rede estão credenciadas junto ao MTE. Quanto à qualidade da rede no conceito global, 1% das unidades estão no conceito A, 51% no conceito B, 26% no conceito C, 13% no conceito D e 9% no conceito E. O quadro funcional é o componente com melhor avaliação, pois 27% obtiveram avaliação A, 30% tiveram avaliação B, tendo um total de 57% do quadro funcional com conceito A ou B, no entanto, 20% está classificado no conceito. O controle social obteve a pior avaliação, pois 28% obtiveram conceito E e 10% com conceito D. A explicação para isso é que embora instituídos na maioria das unidades, os Conselhos não têm exercido efetivamente seu papel no controle social das políticas executadas no âmbito municipal, observando-se, entre outras dificuldades, a necessidade de maior qualificação dos conselheiros para o exercício de suas atribuições. Em relação aos demais componentes, mais da metade das unidades obteve uma boa avaliação. No componente da infraestrutura, 11% receberam conceito A e 44% conceito. No componente da estrutura programática, 9% receberam conceito A e 66% conceito B. Apenas 2 unidades do SPTER obtiveram conceito global A, que foram São José dos Pinhais e Palotina. Das 39 que receberam conceitos D e E, 24 eram de pequeno porte, 1 unidade de porte especial, que é Foz do Iguaçu, e 2 de porte médio que são Araucária e Paranaguá. Tendo como diretriz a revitalização dos Conselhos Municipais do Trabalho por meio da capacitação via teleseminários; a revitalização da rede de unidades do SPTER com melhorias de infraestrutura, padronização e melhoria dos móveis, modernização da rede de informática e renovação da frota de veículos; a capacitação permanente dos agentes públicos; o aperfeiçoamento do processo de monitoramento da rede e investimentos em divulgação dos serviços prestados pelo SPTER. Tendo também a ampliação programática, com novos programas, que são: Certificação e Orientação Profissional, Central do Empreendedor Individual, Reordenamento do Banco Social por meio da implementação do crédito orientado e assistido e a implementação da política de apoio ao Artesanato Paranaense por meio da rede de unidades do SPTER. Os

recursos necessários, abrangendo as ações de Intermediação de Mão de Obra, Qualificação Profissional e Seguro Desemprego, totalizam 8.269.865,00 (oito milhões duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos e sessenta e cinco reais) de recursos do FAT e 2.067.467,00 (dois milhões sessenta e sete mil e quatrocentos e sessenta e sete reais) de recursos do TGE. Os recursos MTE/FAT, previstos para o presente Plano de Trabalho, representarão 1/3 do total demandado. Tendo como prioridade de investimentos, essa fonte deverá representar 66% do total previsto para as despesas de capital, com participação mais expressiva no que se refere à renovação da frota de veículos e de mobiliário. As despesas de custeio deverão ser majoritariamente realizadas com recursos do TGE. À Fonte 107 caberá um papel importante no financiamento das despesas de locação de imóveis, realizadas em 91 unidades da rede estadual e na uniformização dos atendentes. O principal item de despesa com as unidades, representando 33,7% da despesa total prevista, refere-se aos "serviços de apoio administrativo, operacional e técnico", realizada com contratação de pessoal para a Agência do Trabalhador de Curitiba. Diferentemente do Plano de Trabalho de 2010 e 2011, caberá ao TGE a totalidade dessa despesa. Excluindo-se Curitiba, o valor médio das despesas por unidade é de 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), com variação entre 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais) para as pequenas unidades e 160.300,00 (cento e sessenta mil e trezentos reais) para as de porte especial. Todo esse plano de trabalho contou com a participação de toda a equipe técnica, com um apoio muito grande dos técnicos Paulo Roberto Delgado, Márcia Dias Ramos, Vera Lúcia Chami e Marina Creplive. Karl Udo Heinrichs disse que a Maria José Rossetti ligou para ele esta semana, a respeito do municípios que não estão contemplados nas ações de qualificação, e que os municípios que estão sem empregos, teriam que contratar uma pesquisa, o que demoraria 6 meses. Maria José Rossetti respondeu dizendo que ele pediu para fazer um estudo sobre uma grande quantidade de pessoas que não encontram trabalho no mercado, esse encontro não está acontecendo, mesmo tendo muitas vagas. Uma pesquisa maior seria necessária para que nos aponte que realmente é falta de qualificação, mas para realmente termos essa certeza é preciso explorar melhor, teria que partir para uma consultoria, o que não seria tão rápido para fazer. Karl Udo Heinrichs perguntou se essa consultoria já está prevista no plano de trabalho. Elietti de Souza Vilela respondeu dizendo que não precisamos mais contratar essa consultoria, pois temos o técnico Paulo Roberto Delgado que irá nos ajudar muito nessas pesquisas. Karl Udo Heinrichs disse que se temos técnicos para realizar estas pesquisas internamente, é ótimo, mas se não tivermos é necessário contratar. Neori Leobet disse que é preciso de uma qualificação bem mais ampla para os caminhoneiros. Elietti de Souza Vilela disse que essa é uma investigação que realmente deve ser feita, é uma questão de abrir um banco de dados e estudá-los. Karl Udo Heinrichs disse que a pessoa muitas vezes pode estar numa situação depressiva por não ter um emprego, e precisa do acompanhamento de um psicólogo. Elietti de Souza Vilela disse que isso é o programa da orientação profissional que será inaugurado nos próximos dias, e o tema da primeira oficina será marketing pessoal. Uma oficina em que o trabalhador irá participar, com dicas de como deve se portar em entrevistas, o que fazer em uma dinâmica de grupo, entre outros. Iram de Rezende disse que tem uma questão que vem ao encontro, teve a época do mercado de trabalho não acolher muito, não havia aquecimento para o emprego, o sistema fazia a

parte dele, mas como o mercado não absorvia, havia um processo de capacitação a mais, e isso acomodou, a empregabilidade estava baixa e as coisas inverteram de um tempo para cá. É preciso fazer uma ampla divulgação, um pouco de publicidade do sistema, pois hoje o mercado está superaquecido e tem muitas pessoas que não sabem. Elietti de Souza Vilela disse que no outro lado tem o perfil da vaga, que as vezes o empresário não se deu conta que o mercado mudou, que precisa oferecer uma vaga mais atrativa, pois existem muitas vagas com baixa remuneração, horário de trabalho não desejável e sem benefícios. Karl Udo Heinrichs disse que esse é o ponto ideal que quer chegar, é preciso fazer este estudo para chegar na empresa e dizer o que realmente precisa mudar no perfil de suas vagas. Elietti de Souza Vilela disse que é possível fazer essa pesquisa interna, pois já existe um banco de dados. Maria Augusta de Araújo disse que as prefeituras já estão disponibilizando psicólogos e pedagogos para compor a equipe das Agências do Trabalhador. Denílson Pestana da Costa questionou os 13 milhões de reais que serão colocados de recursos pelo Tesouro Geral do Estado nas questões da Secretária de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o que isso significa em termos percentuais, qual é o percentual de recursos que representa esse valor ao orçamento do estado do Paraná. Luiz Claudio Romanelli respondeu dizendo que o Estado está com um orçamento de 26 bilhões de reais, e esses 13 milhões de reais se refere somente ao Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, fora os recursos destinados ao Departamento de Economia Solidária e ao Departamento de Relações do Trabalho. Denílson Pestana da Costa disse que gostaria de saber qual é o montante do Tesouro Geral do Estado que temos na SETS, pois até em uma das Conferências Macrorregionais do Trabalho Decente foi aprovado que realizassem a aplicação de 5% do dinheiro do Estado para qualificação profissional na SETS. A outra questão, é que está sendo colocado que será feita a qualificação profissional dos conselheiros municipais do trabalho, mas já aprovamos anteriormente que uma ação importante para que o Conselho Municipal do Trabalho funcionasse, seria uma ação de descentralização das ações do Conselho Estadual do Trabalho e não foi visto isso nas diretrizes apontadas. Ernane Garcia Ferreira disse que o CET precisa fazer um diálogo com o interior, pois o Estado faz muitas coisas que o interior acaba não sabendo, é necessário ter esse contato com os Conselhos Municipais do Trabalho. Elietti de Souza Vilela disse que todo o processo de supervisão das agências do trabalhador é acompanhado pelos CMT, para que eles possam participar, ver quais são as dificuldades e ajudar naquilo que a prefeitura possa contribuir. Luiz Claudio Romanelli disse que realmente é preciso buscar um modelo de gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda que seja de forma tripartite, participando de forma mais efetiva, criando um mecanismo de maior participação com caráter deliberativo, claro que o cargo de gestor das agências do trabalho é um cargo político, pois é indicado pelos municípios, até por força do convênio que temos. O que estamos tentando fazer é poder ter gente de boa qualidade na agência, já foram realizadas gestões este ano e substituídos vários desses gerentes. A ideia que temos é fazer um encontro estadual desses gerentes, e os técnicos de referência de cada agência. No plano de trabalho, foi destinado mais dinheiro para investimentos, queremos que os municípios invista nas agências, os próprios prefeitos estão identificando que quanto melhor a agência, melhor para o município. Em relação à qualificação profissional e o orçamento, há uma proposta ao

Governo para poder colocar 3 fundos no já existente, a ideia é avançar e ter recursos do FAT Paraná para a qualificação profissional. Em 2012 teremos um sistema melhor do que já temos atualmente, a previsão é de comprar 60 veículo para aonde temos a maior demanda e onde mais se precisa. Se olharmos e fizermos um balanço, foi um bom ano e o plano de trabalho reflete o que já foi construído de uma forma bem democrática. Elietti de Souza Vilela sugeriu que fosse elaborado um certificado para as duas unidades que conseguiram obter o conceito A na supervisão. Karl Udo Heinrichs questionou como ficaria as reuniões itinerantes. Luiz Claudio Romanelli disse que deve ser adotado sim, que nas 6 conferências macroregionais do trabalho decente, houve uma resposta fantástica tanto dos empregadores quanto dos trabalhadores, e em 2012 haverá a posse do novo presidente do CET, podemos ter um calendário em relação a essas reuniões descentralizadas, pois sou rigorosamente favorável a isto. Ernane Garcia Ferreira propôs que na próxima reunião do CET trouxessem o calendário do ano que vem, para ver em quais regiões acontecerá essas reuniões. Luiz Claudio Romanelli disse que deve ser feito no Estado inteiro, porque cada um tem uma demanda específica. Elietti de Souza Vilela disse que irá minutar esta proposta para ser incluída de forma detalhada no plano de trabalho, é preciso fazer um estudo para montar uma proposta com base em dados, e encaminhará para todos os conselheiros. Roberto Teixeira de Freitas disse que seria interessante fazer uma resolução estabelecendo esse calendário para ser aprovada na próxima reunião, pois sempre que aprovamos em ata, acabamos não fazendo. José Toaldo Filho disse que precisamos traçar objetivos e fazer acontecer. Luiz Claudio Romanelli disse que o dinheiro está difícil, o maior desafio da qualificação profissional é a organização. Com o Pronatec, teremos muitos recursos para serem aplicados, está sendo estabelecida uma parceria muito grande com as vagas gratuitas do Sistema S, e terá que licitar o Projovem. Neri Leobet disse que está muito preocupado com o sistema de transporte, é preciso melhorar e valorizar mais a família do caminhoneiro, é difícil a situação do profissional atualmente, devemos melhorar a imagem dos caminhoneiros, como ter as salas para dar os cursos reciclando os profissionais. É bom ver que a SETS está aberta para diálogos, em relação as conferências macroregionais do trabalho decente, as centrais deveriam ter um compromisso com a SETS. Ernane Garcia Ferreira disse que o CET cumpriu com o regimento e foram convocados todos os órgãos. Nuncio Manala disse que acompanhou a situação e houve um lapso, que foi resolvido no local. Neri Leobet disse que como faz parte do CET, ia pedir para interditar a reunião, pois se puder ajudar, ajudará porém se não puder ajudar não atrapalha, pois não gosta de injustiça. Ernane Garcia Ferreira pediu para Nuncio Manala explicar direito o que aconteceu. Nuncio Manala disse que o Neri Leobet esta num trabalho de grupo e na hora das centrais se reunirem com os sindicatos, ele não teve a oportunidade de estar presente, de acordo com as centrais acabaram tomando decisões sem a sua presença, mas foi tudo resolvido, ele ficou como primeiro suplente. Luiz Claudio Romanelli disse que o Governo Federal está mudando muito a questão que envolve a qualificação profissional, o Ministro Carlos Lupi está seguindo a regra de estadualizar os Planseqs, o tema proposto pelo Neri Leobet que envolve os caminhoneiros, já tem Planteq exclusivo para esse tema e podemos aprofundar isso, pois temos recursos para fazer intervenções pontuais. Denílson Pestana da Costa disse que está com problema pontual na questão dos moto fretes, no Paraná temos em torno de 25

mil pessoas que trabalham nessa atividade que irão estar impedidos de fazer esse trabalho devido a exigência do curso, seria necessário fazer essa adequação. O custo do treinamento está muito caro, estão cobrando 380 reais para fazer isso, sendo que o mesmo curso pode chegar a até 70 reais. E disse também, que o governo do PSDB de São Paulo realizou agora a qualificação dessa mesma modalidade à mesma categoria para 10 mil pessoas gratuitamente, devemos pegar as coisas boas que estão sendo feitas lá e trazermos para cá. Roberto Teixeira de Freitas disse que no ano passado através da prefeitura em parceria com o SENAT, abriu 4 mil vagas gratuitamente, mas como a procura foi tão pouca, o Senat formou apenas 800 moto fretista, então fica um pouco complicado essa situação. Luiz Claudio Romanelli disse que nesse caso, deve ser aplicado recursos da Fonte 100, pois a Fonte do FAT não permite a utilização do recurso para cursos de curta duração, com carga horária inferior a 160 horas. Luiz Antonio Bonato disse que representou o Estado em todas as discussões do Planseq, em função do Ministério do Trabalho e Emprego não abrir mão da função de 200 horas, o estado do Paraná não foi parceiro na assinatura, pois gostaríamos que baixasse para 60 horas, e com 200 horas não aceitamos. Ernane Garcia Ferreira disse que o Detran fez alguma coisa do gênero com o Instituto São Cristóvão. Roberto Teixeira de Freitas disse que no Detran é uma moto para cada 5 alunos. Denílson Pestana da Costa disse que para 30 alunos acaba encarecendo, e todo moto fretista tem seu próprio equipamento, são várias coisas que poderiam reduzir os custos. Luiz Claudio Romanelli disse que na verdade esse custo é necessário, pois o índice de acidentes é alto. E após discussões, foi assinada a Resolução 307/2011-CET que preconiza em seu Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda do XI Termo Aditivo ao Convênio Plurianual Único Nº 055/06 firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego/SPPE/CODEFAT e a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS/PR e respectivos Anexos, referentes aos exercícios de 2011 e 2012.

4) Apresentação dos Resultados das Ações de Economia Solidária: Luiz Claudio Romanelli em comum acordo com todos os membros do CET, transferiu este item da pauta para a próxima reunião do CET, que poderá ser feita no dia 6 de dezembro, um pouco mais tarde, para depois ser realizada uma confraternização.

5) Informes: Luiz Claudio Romanelli disse que neste momento está sendo concluído os Planos de Gestão Informatizados das Unidades do SPTER em toda a rede. De 1 à 15 de dezembro acontecerá as Oficinas Meso Regionais de Planejamento dos Escritórios Regionais, com base nos Planos das Unidades e nos recursos disponíveis (FAT + TGE). A instalação das 125 telessalas nas unidades do SPTER e Escritórios Regionais da SETS já está em fase final. Acontecerá nos dias 9 e 10 de novembro o treinamento de 80 monitores das telessalas e no dia 16 de novembro será a inauguração da rede de telessalas e lançamento do programa de orientação profissional. No dia 23 de novembro iniciará as oficinas de competências gerais para o trabalho por meio de 2 oficinas, de português básico e marketing pessoal. Está em andamento o programa de certificação profissional, que certificará cerca de 450 pedreiros em Curitiba e região metropolitana. E está previsto para a primeira semana de dezembro, o lançamento da nova política do microcrédito, da central do empreendedor individual e da política do artesanato paranaense na rede de unidades do SPTER. José Lúcio dos Santos disse que está se aproximando a Conferência Estadual do Trabalho Decente, e questionou se será mantido a

resolução do grupo tripartite, para criação do Programa Estadual e que possa modernizar máquinas e equipamentos nos âmbitos do trabalho. Luiz Claudio Romanelli disse que a proposta é avançar um pouco mais. Denílson Pestana da Costa disse que em relação a questão do Piso do Salário Mínimo Regional, está sendo transformado em novela antiga, marcamos para setembro e não houve a discussão, os patronais se comprometeram em enviar a indicação até o dia 10 de outubro, e até agora não foi tratado em nenhum momento sobre isso, não estamos cumprindo a lei. Estamos perdendo muito tempo e lá na frente, vão falar que não deu tempo de aprofundar o debate. Luiz Claudio Romanelli disse que esteve na reunião do G8 e fez esta queixa, já foi comunicado que será o João Luiz Rodrigues Biscaia, mas como o G8 disse que ainda não tinham sido consultados sobre este assunto, não houve a indicação. Denílson Pestana da Costa perguntou até quando terão que esperar por isso, é uma falta de compromisso. Karl Udo Heinrichs disse que a lei dizia que deveria ser feito isso em 90 dias. Luiz Claudio Romanelli disse que enviaria novamente um ofício para a bancada patronal. Ildemar Gorges disse que o Piso do Salário Mínimo Regional ficou a encargo do CET, se a bancada patronal não apresentar a indicação, porque não podemos já executar uma proposta. Denílson Pestana da Costa disse que tem que ter a convocação da próxima reunião, para sairmos daqui com uma nova data, com ou sem a presença da bancada patronal. Luiz Claudio Romanelli estabeleceu um prazo de 10 dias para o setor patronal indicar um nome, se não houver a indicação, iniciaremos com as pessoas que já foram indicadas. Denílson Pestana da Costa disse que é preciso sair com a data agendada, pois existe uma lei a ser cumprida. Luiz Claudio Romanelli disse que a reunião ficou marcada então para o dia 16 de novembro, às 14 horas na SETS.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente Luiz Claudio Romanelli agradeceu a todos e deu por encerrada a 178ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Mariane Veiga, lavrei a presente Ata.

Curitiba, 25 de Novembro de 2011